

REVISTA PORTO

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 1 | Número 1 | Dezembro 2011

História, sociedade e natureza: discutindo aspectos da atividade baleeira no litoral Norte da Paraíba

History, nature and society: rediscovering aspects of whaling in the northern coast of Paraíba

José Otávio Aguiar

Professor Adjunto do Departamento de História – UFCG.

Doutor em História e Culturas Políticas – UFMG.

Francisco Henrique Duarte Filho

Professor de História – IFPE.

Doutorando em Recursos Naturais – UFCG.

Revista Porto 1 (1): 33-52 [2011]

Recebido em 26/08/2011. Aprovado em 26/09/2011.

Revista Porto

Resumo: Os problemas ambientais e a emergência dos movimentos ecológicos, a partir da segunda metade do século XX, despertaram uma nova percepção sobre as ações humanas frente à Natureza. Esse fato aproximou as Ciências Humanas das Ciências Naturais, favorecendo um amplo campo para o estudo da História Ambiental. Partindo de uma exposição das relações entre Sociedade e Natureza no mundo moderno, o presente artigo introduz, sob a perspectiva da interdisciplinaridade, o tema da caça à baleia no litoral Norte da Paraíba, procurando mostrar como essa atividade de extrativismo animal foi sendo estruturada em Lucena no início do século passado e se tornou parte constituinte da economia do município por quase cem anos. A caça à baleia, condenada pelo movimento ambientalista, é responsável por provocar impactos ambientais negativos sobre os ecossistemas marinhos, a ponto de algumas espécies de cetáceos desaparecerem do nosso litoral por décadas, fato que as caracterizou como espécie em estado de vulnerabilidade ou em processo de extinção. O texto também discute questões relacionadas ao comportamento humano frente aos animais, contribuindo com o debate atual sobre o direito animal e sobre a manutenção em pleno século XXI da caça à baleia para fins comerciais e industriais em outras regiões do planeta

Palavras-chave: Baleias. História Ambiental. Sustentabilidade.

Abstract: Environmental problems and the emergence of ecological movements from the second half of this century, awakened a new perception of human actions towards nature. This fact came from the Social Sciences from Natural Sciences, favoring a wide field for the study of Environmental History. Starting with an exposition of the relations between society and nature in the modern world, this article introduces the perspective of interdisciplinarity, the issue of whaling in the North Coast of Paraíba, trying to show how this activity extractive animal was being structured in Lucena at the beginning of last century and became a constituent part of the city's economy for nearly a hundred years. The whaling condemned by the environmental movement, is responsible for causing adverse environmental impacts on marine ecosystems to the point that some

cetacean species disappear from our shores for decades, a fact that has characterized as a species in a state of vulnerability or process extinction. The text also discusses issues related to human behavior compared to animals, contributing to the current debate about animal rights and the maintenance in the XXI century whaling for commercial and industrial customers in other regions of the planet.

Keywords: Whales. Environmental History. Sustainability.

1. Reflexões sobre as relações entre História, Sociedade e Natureza.

Constata-se na sociedade moderna, mais do que em qualquer período da história, que o aumento da interferência humana sobre os ecossistemas tem provocado alterações significativas na dinâmica do equilíbrio ecológico. As ações antrópicas degradando os ambientes naturais têm sido objeto de amplas e sistemáticas reflexões, principalmente de uma parte considerável da comunidade científica internacional ligada aos estudos interdisciplinares. A literatura científica ligada às questões das relações Sociedade e Natureza, que se intensificou quantitativa e qualitativamente especialmente depois dos anos de 1960, tem mostrado que ações humanas intensivas passaram a transformar, em escala crescente, uma Natureza então quase intacta em um Ambiente modificado, degradado, comprometido por atividades de exploração constantes e intensivas de recursos naturais.¹

A capacidade humana de intervir nos ambientes naturais foi se desenvolvendo de maneira gradativa e cumulativa até se alcançar a intensa capacidade de inferir transformações significativas como as verificadas nas últimas décadas, comprometendo a

¹MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995; SACHS, 2002; LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

estabilidade dos sistemas ambientais, devido, principalmente, ao progresso econômico que tem sido potencializado pelo desenvolvimento científico e tecnológico.²

As ideias que predominaram principalmente no século XIX, de progresso e desenvolvimento econômicos contínuos e ilimitados a qualquer preço, tendo a exploração da Natureza como impulsionadora desse processo, teve sua hegemonia questionada a partir da segunda metade do século passado. No que tange às relações Sociedade e Natureza, coube ao pensamento sistêmico, à ecologia e ao holismo a centralidade desse processo de discussão filosófica e críticas aos fundamentos epistemológicos que deram sustentação ao desenvolvimentismo e ao economicismo.

A partir de alguns princípios difundidos pelo pensamento ecológico, passou-se a discutir as questões socioambientais sob uma nova perspectiva. Os principais problemas de nossa época não poderiam mais ser entendidos isoladamente; alguns dos mais importantes pensadores³ do século XX passaram a tentar compreendê-los a partir de uma nova racionalidade, uma lógica sistêmica: os problemas socioambientais estão interligados e são interdependentes. Compreendeu-se, por exemplo, que ao ampliar e acelerar a exploração dos recursos naturais, a humanidade tornou-se a principal responsável pela desestabilização dos ambientes ecossistêmicos, provocando riscos potenciais de destruição da vida em seu conjunto.

Tomando a Ecologia como referência e modelo, criticando a então dita supremacia da Física que perdurou até a segunda metade do século passado, Capra (2006) discute a importância de uma nova concepção que nos possibilite compreender a realidade a partir de suas inter-relações e interdependências. Para esse autor, não podemos mais procurar compreender o mundo a partir do modelo mental herdado do reducionismo e do cartesianismo que predomina há séculos como fonte de verdades e de saberes hegemônicos. Os ecossistemas, que funcionam sob a lógica da sustentabilidade, podem oferecer valiosos exemplos para aplicarmos à vida em sociedade:

² DIAS, R. *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

³ Pensadores como James Lovelock, Arne Naess, Werner Heisenberg, Huberto Maturana e Edgar Morin são apenas alguns entre tantos reconhecidos pensadores do século XX cujas ideias, com pequenas diferenças de enfoque, convergem para o pensamento sistêmico defendido por Fritjof Capra.

Podemos criar sociedades sustentáveis seguindo o modelo dos ecossistemas da natureza. Para entendermos os princípios organizacionais que os ecossistemas desenvolveram ao longo de bilhões de anos, temos que conhecer os princípios básicos da ecologia – a linguagem da natureza.⁴

Não obstante as lições que a Ecologia e o pensamento sistêmico têm oferecido, estudos em diversas áreas do conhecimento têm concluído que tanto nos ambientes continentais como oceânicos a presença do *homo sapiens* no planeta foi se definindo ao longo dos últimos séculos pela intervenção crescente sobre os recursos naturais e pelo domínio cada vez maior sobre as demais espécies vivas. A este respeito, Morris (1990) chama a atenção para o crescimento excessivo da população humana, sua expansão desordenada sobre os habitats dos animais em praticamente todos os biomas⁵ e a vulnerabilidade a que foram expostos, culminando no que ele chamou de “rompimento do contrato animal”. Para este autor que defende o respeito incondicional a todos os animais, não há da parte da sociedade moderna um reconhecimento ao valor intrínseco da Natureza, manifestada nas mais diferentes formas de vida e em suas conexões e interdependências, menos ainda um sentimento ético ou espiritual que leve ao reconhecimento da importância de cada espécie no complexo mosaico evolutivo que originou a vida no planeta:

Todo animal, toda espécie viva, é o final fascinante de milhões de anos de evolução. Cada um está adaptado de maneira singular ao seu próprio modo de vida e cada um merece o nosso respeito. O que o movimento conservacionista não captou é que todo animal precisa ser valorizado pelo que é e não por quanto ele vale. Todo animal deve ser honrado em atenção a ele mesmo, independentemente de sua beleza, raridade ou valor monetário.⁶

⁴CAPRA, Fritjof. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In: STONE, M.K.; BARLOW, Z (Orgs.). *Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 47.

⁵ Bioma entendido aqui como um conjunto de vida (vegetal e animal) formado por todos os seres vivos de uma determinada região, cuja vegetação tem bastante similaridade e continuidade, com um clima mais ou menos uniforme, tendo uma história comum em sua formação. Por isso tudo sua diversidade biológica também é muito parecida.

⁶ MORRIS, Desmond. *O Contrato Animal*. Tradução de Lucia Simonini. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990. p. 81.

Pensadores cujas teorias são mais polêmicas⁷ discutem a necessidade de mudanças radicais em hábitos, costumes e práticas da sociedade moderna e começam a questionar o sentido e a racionalidade presentes em atitudes comportamentais e ações de determinados setores da sociedade quando defendem a exploração sistemática de um determinado recurso natural (principalmente animal) com vistas ao crescimento econômico, ao bem estar humano e/ou para a obtenção do lucro, colocando em risco de depleção ou extinção algumas espécies animais, num completo desinteresse pelas discussões éticas que essas questões nos impõem, enquanto seres vivos que compartilham o planeta com outros seres em um longo processo de co-evolução.

O fato é que a maneira como tem se acelerado a interferência humana, principalmente depois do advento da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, degradando os ecossistemas e comprometendo sua estabilidade ecológica, têm sido decisiva para colocar em estado de vulnerabilidade ou em risco de extinção, nas mais diversas regiões do planeta, milhares de espécies animais e vegetais. Alguns estudos de História Ambiental, cuja característica mais importante talvez seja o diálogo com as Ciências Naturais, apresentam dados que corroboram essa linha de raciocínio:

Durante os últimos 10.000 mil anos, as atividades humanas causaram mudanças importantes nos ecossistemas mundiais. A expansão universal das colonizações e a criação de campos para pastos e para a agricultura, o desmatamento contínuo das florestas e de outras regiões silvestres e a drenagem dos pântanos reduziram continuamente os habitats de quase todas as espécies de animais e plantas. A caça deliberada de animais para a alimentação, por suas peles e outros produtos (e em muitos casos, só pelo 'esporte') e a coleta de plantas reduziram drasticamente o número de muitas espécies.⁸

⁷SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Ed. Lugano, 2004; CHUAHY, Rafaella. *Manifesto pelo Direito dos Animais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

⁸ PONTING, Clive. *Uma História Verde do Mundo*. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 265.

Portanto, por motivos variados, através de atividades diversas e em momentos históricos distintos, a humanidade passou a modificar intensamente o ambiente natural, moldando-o às suas necessidades e interesses, notadamente de caráter econômico. A ocupação e a exploração de praticamente todas as áreas do planeta, mesmo as mais inóspitas, se tornou possível em função dos aparatos científicos e tecnológicos desenvolvidos e colocados a serviço da humanidade. Disso resulta que os impactos negativos sobre o Ambiente, antes localizados e de dimensões regionais, passaram a crescer ao longo do tempo alcançando os mais distantes rincões do planeta e comprometendo a estabilidade de ecossistemas que levaram milhares de anos para se constituírem.

Para Lovelock (2006), o descontrolado avanço humano sobre os recursos naturais e a degradação dos ecossistemas em escala global tornou imperativa a preocupação com os destinos do planeta. Reconhecem-se hoje, sem grandes controvérsias, que o ser humano e Ambiente são partes constituintes de um processo de co-evolução que se iniciou pelo menos há cinco milhões de anos. Disso resulta que o ser humano e o planeta são partes constituintes de um processo evolutivo e histórico em que foram se moldando mutuamente até o estágio bio-físico-químico atual. Contudo, o distanciamento do ser humano em relação à Natureza e o aumento de sua capacidade de exploração dos recursos ambientais fragilizou o equilíbrio existente entre Sociedade e Natureza. O resultado desse desequilíbrio pode ser constatado em estudos recentes⁹ que apontam a contínua diminuição da biodiversidade também nos oceanos, ameaçando o bem-estar e até a sobrevivência humana.

Fazendo referência à associação entre a história do planeta e a história humana num processo de co-evolução, onde a conjugação de fatores naturais e humanos se molda mutuamente, Martins (2007) discorre que esse processo é perceptível já entre os primeiros

⁹ Estudo coordenado pelo cientista Boris Worm e publicado pela revista americana Science (03 de novembro de 2006) e divulgado em todo o mundo científico concluiu que a diminuição da diversidade marinha, constatada nas últimas décadas, aumentou o desaparecimento de recursos disponíveis e diminuiu de forma exponencial o potencial de recuperação, de estabilidade ecossistêmica e comprometeu a qualidade da água nas áreas oceânicas estudadas. Os cientistas que fizeram parte da equipe alertaram, ainda, para o fato de que as alterações na biodiversidade marinha são causadas diretamente pela exploração, poluição e destruição de *habitats* e, indiretamente, por perturbações relacionadas com alterações climáticas.

antepassados do *homo sapiens*; esses começaram a percorrer as savanas africanas e pouco a pouco a situação ambiental global e regional tendeu a resultar da conjugação complexa dos movimentos da natureza com a ação humana. A ação humana, segundo o autor, interage com as forças da Natureza, provocando impactos sobre os ambientes e ‘reações’ do mundo natural.

A civilização que pautou seu desenvolvimento pela industrialização e urbanização intensivas, evidencia a tendência global de alterar significativamente os ambientes naturais. Essa tendência pode ser observada ainda na crescente e desordenada ocupação do solo, na emissão intensa de poluentes no ar atmosférico e na grande contaminação e degradação difusa das águas dos lagos, rios e mares.¹⁰ Acrescente-se ainda ao que se convencionou chamar de “crise socioambiental”, o problema da explosão demográfica, da urbanização intensa e desordenada, da demanda crescente por matérias-primas e da descoberta de novas fontes de energia, que, catalisadas pelos avanços científicos e tecnológicos, aceleraram os impactos negativos sobre a natureza.

Para Leff (2009) vivenciamos também hoje uma crise do conhecimento. A ciência clássica que prosperou amparada no racionalismo, na compartimentação e na especialização do conhecimento, embora tenha proporcionado avanços técnico-científicos significativos nos mais diversos campos do conhecimento, não tem sido capaz de apresentar soluções para alguns dos problemas mais graves do mundo contemporâneo, especialmente por não possuir arcabouço teórico-metodológico capaz de compreendê-los em suas interações, interdependências e complexidades.

A este respeito, Leff (2009) complementa que a problemática ambiental pode ser identificada como a crise da própria racionalidade econômica e tecnológica. A globalização econômica introduziu complexidades que ultrapassam a nossa capacidade de compreensão, explicação e solução dos problemas a partir do paradigma da racionalidade econômica estabelecido. Por se vislumbrar o desastre ecológico, o desafio que se mostra imperativo é o da desconstrução de um mundo edificado sobre esse discurso da racionalidade econômica para a construção de uma nova racionalidade ambiental que

¹⁰ DREW, David. *Processos Interativos Homem-Meio Ambiente*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ressignifique o mundo a partir de novos valores e sob uma nova ética. Neste sentido, Enrique Leff defende a necessidade de superação do atual modelo civilizatório e a reconstrução de uma nova sociedade a partir de mudanças estruturais em sua base material e cultural:

A racionalidade teórica e instrumental constitutiva da modernidade e sua expressão através dos seus valores, seus códigos de conduta, seus princípios epistemológicos e sua lógica produtiva geraram a destruição da base de recursos naturais e das condições de sustentabilidade da civilização humana. Isto desencadeou desequilíbrios ecológicos em escala planetária, a destruição da diversidade biótica e cultural, a perda de práticas de valores culturais, o empobrecimento de uma população crescente e a degradação da qualidade de vida das maiorias. Esta crise do crescimento econômico leva a fundar um desenvolvimento alternativo sobre outros valores éticos, outros princípios de produção e outros sentidos societários, sem os quais a vida humana não será sustentável.¹¹

Nesta direção, embora se registrem opiniões divergentes sobre determinados fenômenos ambientais¹², parece haver uma forte tendência entre os principais teóricos que discutem as relações Sociedade e Natureza para exaltar a legitimidade de uma crise ambiental planetária. Sob a bandeira do progresso e do desenvolvimento, vários problemas foram se originando e outros se intensificando a partir das tentativas do homem de explorar a natureza e constituir um modelo civilizatório único: poluição atmosférica, violência urbana, perda de biodiversidade, exploração desordenada dos recursos naturais, interferência antrópica nos ecossistemas, desaparecimento de povos e culturas tradicionais, aquecimento global, extinção de espécie animais e vegetais, entre outros.

Problemas atuais e inquietantes sobre os quais, segundo Morin (1995) precisamos nos debruçar para entendê-los a partir de um novo modo de se inserir na realidade; um olhar caleidoscópico que possa dar conta de uma complexidade que é inerente à própria

¹¹ LEFF, Enrique. Op. cit., p. 84.

¹² É importante aqui fazer referência as controvérsias geradas no meio científico em torno do fenômeno do aquecimento global. Há pensadores que subestimam as ações antrópicas sobre o clima e defendem ideias polêmicas, entre elas a de que faltam dados científicos confiáveis para se afirmar que o aquecimento global tem relação direta com a crescente emissão de CO₂ provocada pelas atividades humanas. A este respeito ver o livro LOMBORG, Bjorn. *O Ambientalista Cético*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

dinâmica da realidade que está em constante mudança; a humanidade necessita de uma nova racionalidade para lidar com as novas questões que a crise ambiental planetária hoje nos impõe:

Precisamos abandonar os dois mitos maiores do Ocidente moderno: a conquista da natureza-objeto pelo homem sujeito do universo, o falso infinito para o qual se lançavam o crescimento industrial, o desenvolvimento, o progresso. Precisamos abandonar as racionalidades parciais e fechadas, as racionalidades abstratas e delirantes que consideram como irracional toda crítica racional dirigida a ela.¹³

Dentre os graves problemas ambientais vivenciados pela sociedade contemporânea, talvez um dos mais significativos, dada a sua magnitude, diz respeito à intervenção antrópica nos ecossistemas marinhos. A interferência humana nos oceanos, verificada por meio da poluição crescente das águas, pela pesca e pela caça intensiva e predatória para fins comerciais e industriais, tem sido objeto de preocupação de uma parcela importante da comunidade científica mundial.

Acredita-se que os desastres provocados com imensos vazamentos de navios petroleiros e o aquecimento global têm contribuído para comprometer a estabilidade ecológica desses ecossistemas e para acelerar a destruição de várias formas de vida ali presentes. Atividades humanas intensivas que, segundo algumas teorias, devem contribuir para levar a médio ou longo prazo à desestabilização dos grandes sistemas ambientais, podendo tornar a vida insustentável no planeta.

Pesquisas recentes que abordam a interferência humana nos ecossistemas do mundo inteiro apresentam números preocupantes quanto ao desaparecimento de plantas e animais, quanto à perda de biodiversidade em ritmo intenso e em praticamente todo o planeta, principalmente a partir da expansão econômica e cultural da Europa Ocidental na era moderna.¹⁴

¹³ MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. Op. cit., p. 97.

¹⁴ CROSBY, Alfred. W. *Imperialismo Ecológico: a Expansão Biológica da Europa (900-1900)*. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Esses números são impressionantes pelo seu crescimento vertiginoso, principalmente quando nos reportamos aos últimos cinquenta anos da nossa história recente, quando se intensifica a expansão civilizatória e o processo de globalização econômica. Acerca da perda da biodiversidade em todo o mundo, Ponting (1995) faz as seguintes considerações:

Entre 1600 e 1900, uma espécie animal foi extinta a cada quatro anos, na década de 1970, esse nível cresceu para aproximadamente 1.000 por ano. Atualmente, cerca de 25.000 espécies de plantas, 1000 espécies de pássaros (10 por cento do total mundial) e mais 700 espécies de animais (incluindo particularmente os mais vulneráveis, como o tigre, o jaguar, o leopardo, o puma, a cheeta, a jaguaritica, vinte e três tipos de baleias, quatro tipos de rinoceronte, dez de ursos e dois de panda, o gorila das montanhas e o elefante africano) estão próximos da extinção.¹⁵

Com a justificativa de promover o desenvolvimento e o progresso da humanidade, grupos econômicos vêm intensificando em todo o planeta a exploração dos recursos naturais com fortes efeitos sobre o desaparecimento de várias espécies da fauna e da flora terrestre e marinha. No caso particular dos cetáceos, maiores animais vivos do planeta, é atribuído ao ser humano o ataque mais prolongado que já foi feito a uma única ordem animal. Por vários séculos, do Mar Mediterrâneo ao Pacífico, da Antártica ao Atlântico Sul, dezenas de espécies de baleias foram caçadas pelos mais diferentes motivos e para atender as necessidades dos mais diferentes povos. Isso significou praticamente o extermínio de algumas espécies de baleias numa dimensão e numa velocidade sem comparativos em toda a história das relações entre Sociedade e Natureza.

Mais recentemente, com a introdução de modernos artefatos técnicos de caça e captura (o arpão com explosivo, por exemplo) e com o avanço tecnológico da indústria naval a partir da segunda metade do século XIX, com forte influência no setor de navios baleeiros, a caça foi intensificada e expandida, alcançando áreas do alto mar e tornando possível inclusive caçar espécies maiores e mais rápidas. Os modernos navios com suporte industrial passaram a processar os derivados baleeiros ainda em alto mar em ritmos de

¹⁵ PONTING, Clive. Op. cit., p. 315.

produtividade crescentes, fenômeno que ampliou a matança e o extermínio de algumas espécies. O Brasil também alimentou a economia baleeira mundial, inclusive os cetáceos foram caçados no litoral brasileiro desde o início da colonização e contribuíram para a ocupação de uma parte considerável do litoral brasileiro.¹⁶

As tentativas de manter a inserção da atividade baleeira na economia mundial ainda não cessaram. Países como Japão, Islândia e Noruega continuam, mesmo sob olhar crítico de uma parcela importante da opinião pública internacional, a caçar baleias na região da Antártica. No caso específico do Japão, sob alegação política e justificativa ética de “caça para fins científicos”. Já a Islândia e a Noruega caçam com fins assumidamente comerciais¹⁷, desrespeitando vinte anos de interdição¹⁸, o que tem gerado protestos de vários países contrários a essa atividade, particularmente do governo da Austrália.

Apesar de uma Moratória suspendendo, por tempo indeterminado, a caça à baleia em 1986, estima-se que mais de 14 mil baleias foram mortas depois desse período. O Japão e a Islândia, segundo os organismos internacionais de proteção aos animais, foram os principais responsáveis pela morte dos cetáceos. Com o argumento de que o objetivo é obter informações sobre o tamanho e a estrutura das populações desses animais, os japoneses, principalmente, têm promovida a caça sistemática nos mares da Antártida, ignorando o apelo dos países membros da International Whaling Commission (Comissão Baleeira Internacional) e de algumas organizações de proteção dos animais.

Nesse contexto de luta contra a atividade baleeira, entidades como a World Society for the Protection of Animals (Sociedade Mundial de Proteção dos Animais - WSPA, sigla em inglês), têm liderado o movimento de contestação ao posicionamento

¹⁶ ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1969.

¹⁷ De acordo com o artigo do professor Castellucci - publicado no início de 2009 na Revista História da Biblioteca Nacional -, com o agravamento de uma crise financeira, a Islândia autorizou uma cota anual de 150 baleias de cada uma destas espécies aos seus caçadores. A Noruega, que também pratica baleação comercial, permite uma cota de 1.052 Minke por ano.

¹⁸ A Comissão Baleeira Internacional (IWC), criada em 1946, decretou no ano de 1986 a suspensão em todos os mares da caça aos cetáceos. A decisão visava analisar a situação dos estoques baleeiros para se evitar o colapso de determinadas espécies. Essa organização internacional conta hoje com 85 países consignatários. O Brasil se tornou membro dessa Comissão em 1974 e assumiu, principalmente depois de 1987, um papel importante na luta contra a caça comercial dos cetáceos.

assumido pelo Japão, Noruega e Islândia frente à manutenção da caça ao cetáceo, em completo desrespeito ao acordo de 1986. A WSPA tem chamado a atenção da opinião pública sobre a possibilidade de liberação da retomada da caça à baleia para fins comerciais e industriais, caso não haja uma mobilização para pressionar os governos desses países a recuar em suas posições.

Aliás, uma grande discussão travada na atualidade diz respeito à impotência e a incapacidade de organismos internacionais, neste caso especificamente da WSPA, em fazer frente aos interesses das grandes empresas internacionais, principalmente de alimentos, farmacêuticas e de cosméticos, que buscam controlar as pesquisas na área de biotecnologia com intenções eminentemente voltadas à ampliação dos seus lucros e de sua riqueza. Isso ocorre sem que os governos desses países assumam uma posição política mais rígida em relação aos interesses comerciais dessas empresas.

Além do consumo da carne que alcança preços promissores em algumas cidades japonesas¹⁹, sabe-se que esse país desenvolveu nos últimos anos, com grandes investimentos em ciência e tecnologia e utilizando matéria prima derivados de baleias, cosméticos e fármacos para atender uma demanda crescente, tornando-as altamente lucrativas. Esse fator é, para grande parte dos críticos em relação à prática do Japão de continuar caçando baleias, o verdadeiro motivo que justifica o desrespeito à Moratória de 1986, determinada pela International Whaling Commission (Comissão Baleeira Internacional).

Outro problema levantado pela WSPA diz respeito ao bem-estar dos animais. Segundo alguns órgãos que atuam em defesa dos animais, as dificuldades inerentes de se matar animais de grande porte, parcialmente submersos no mar, como ocorre com os cetáceos, dá margem a graves problemas de bem-estar dos mesmos. Como alerta a WSPA, “dentro da Comissão Baleeira Internacional, questões relacionadas ao bem-estar dos animais continuam praticamente sem receber a atenção devida. Agora a caça de baleias em grande escala parece estar voltando à discussão, com alguns países

¹⁹ Em tom de denúncia, na matéria publicada no site oficial do Greenpeace, dia 19 de junho de 2008, discorre-se que o preço do quilo de carne de baleia contrabandeada, dependendo de sua qualidade e do mercado receptor, pode chegar a custar até US\$ 127,66 no mercado japonês.

desejando a suspensão da medida que determina a proibição da caça para fins comerciais”. O tema, que ganhou repercussão no mundo inteiro com cenas de caçadores japoneses no mar da Antártica é polêmico, exige reflexões e estudos mais abalizados.

De acordo com a divulgação da própria WSPA, uma coalizão global de mais de 950 organizações de bem-estar animal em 154 países, se organizam com a intenção de assegurar o reconhecimento internacional de que o debate sobre a caça de baleia não é apenas uma questão de quantidade e conservação, mas também de sofrimento animal. Questão ética importante e que ganha peso dentro do movimento ambientalista pelo fim da caça aos grandes mamíferos aquáticos, como a baleia, que há séculos vem sendo caçada nos oceanos com técnicas consideradas pelos ambientalistas como brutais e desumanas.

Portanto, ao longo do tempo vem se repetindo nos mares do mundo a matança de cetáceos para finalidades e interesses econômicos, como denuncia os organismos internacionais em defesa dos animais. A manutenção da caça pelos japoneses em mares da Antártica - com o argumento de pesca para fins científicos -, com métodos considerados cruéis, reacende a polêmica sobre uma das mais antigas atividades de exploração dos recursos naturais: a caça de baleias para fins comerciais e industriais.

No Brasil, a atividade baleeira foi encerrada depois de quase quatro séculos de existência (1602-1987). O Governo brasileiro proibiu definitivamente esse tipo de atividade em águas jurisdicionais brasileiras através da Lei 7.643 no ano de 1987, durante o mandato do Presidente José Sarney. Essa medida motivou questionamentos e abriu debates a nível local e nacional em razão de eventuais prejuízos que o fim da atividade baleeira traria para a economia de Lucena e para a sobrevivência da comunidade tradicional do município que vivia basicamente dessa atividade econômica desde o início do século XX.

2. Ambientalistas, trabalhadores e baleeiros: revisitando a história da caça aos cetáceos na Paraíba.

Por quase oito décadas, de 1911 a 1987, se estruturou e se desenvolveu no Litoral Norte da Paraíba, mais particularmente na praia de Costinha²⁰, município de Lucena com 11.699 habitantes (IBGE 2010), distante 45 km de João Pessoa, atividade econômica que girava em torno da caça aos cetáceos, especialmente das espécies jubarte (*Megaptera novaeangliae*) espartate (*Balaenoptera borealis*), bryde (*Balaenoptera edeni*), azul (*Balaenoptera musculus*) cachalote (*Physeter machocephalus*), minke (*Balaenoptera bonaerensis*).

Distribuídas em 76 espécies conhecidas, classificadas e catalogadas no mundo inteiro, as baleias são animais aquáticos vivíparos que pertencem à ordem dos cetáceos. São mamíferos de sangue quente possuindo algumas espécies enorme capacidade de migração, podendo ser encontradas desde as regiões mais frias do planeta, como na Antártica, até as águas quentes do litoral brasileiro, quando migram anualmente para o acasalamento, permanecendo no Hemisfério Sul entre os meses de junho e dezembro de cada ano. Caracterizam-se ainda por amamentarem seus filhotes com o próprio leite e por possuírem extinto materno aguçado, principalmente de proteção à sua cria. As baleias, assim como os demais mamíferos, inspiram oxigênio quando de sua emersão à superfície marinha e expiram gás carbônico. São animais marinhos conhecidos por desenvolverem ações inteligentes e serem detentores de um senso de localização extremamente eficiente.

Em Lucena, litoral norte da Paraíba, organizou-se desde o início do século passado, como resultado da exploração econômica desses animais, toda uma cadeia produtiva a partir do processamento, industrialização e comercialização de derivados baleeiros como o óleo, que era extraído das grossas camadas de gordura do animal; das barbatanas, que eram exportadas principalmente para a França e também usadas como matéria-prima para o artesanato local. Os ossos das baleias capturadas, por sua vez, eram triturados para a fabricação de adubo agrícola e ração animal.

Os produtos de maior significado econômico eram o óleo e a carne, uma vez que industrializados representavam os produtos de maior valor comercial para a empresa. O

²⁰ Além da abundância de cetáceos, atribui-se às condições geográficas e marítimas favoráveis e a inexistência de núcleos habitacionais na região de Lucena, no início do século passado, a escolha de Costinha para a instalação da estação baleeira na Paraíba em 1911.

óleo extraído era quase que totalmente absorvido pelos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Atendia a demanda das indústrias de curtume, têxtil e de lubrificantes.²¹

A carne de baleia produzida na Paraíba assumia grande importância no comércio regional e internacional. Além da venda da carne congelada, em que as partes consideradas “nobres” eram processadas, armazenadas e destinadas à exportação para o Japão, também se atendia a demanda de um mercado interno com a produção de carne *in natura*, de sol e o charque. Esses produtos eram destinados ao comércio local e regional, tendo os Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia como seus maiores consumidores.²²

Tabela 1 - Carne de baleia congelada e exportada para o Japão - Ano referência: 1983.²³

Data de embarque	Nome do Navio	Porto de embarque	Peso bruto	Peso líquido	Valor US\$
25/09/83	Ned Nagoya	Fortaleza	208.425	200.002	454.525,40
26/10/83	Ned Nagoya	Fortaleza	208.168	200.000	410.484,24
18/11/83	Ned Nappier	Fortaleza	208.587	200.004	432.233,04
08/12/83	Sachishio-Maru	Cabedelo	208.625	200.280	518.556,12
08/12/83	Sachishio-Maru	Cabedelo	903	860	430,00
12/12/83	Ned Nagasaki	Fortaleza	207.337	200.004	484.376,64
TOTAL					2.300.605,44

O monopólio da exploração da atividade baleeira pertencia à Companhia de Pesca Norte do Brasil – COPESBRA. Empresa de grande porte instalada na praia de Costinha que a partir de 1957 passou a integrar-se ao capital da empresa japonesa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, que já tinha uma experiência na exploração da pesca do atum no Estado de Pernambuco.

²¹ PAULINO, T. J. D. C. *Análise microscópica de testículos e epitélio vaginal das baleias minke*. Relatório de Atividades. NEPREMAR-UFPB, 1980.

²² É importante esclarecer que a COPESBRA desenvolveu ao longo de sua trajetória econômica, mas principalmente na década de 1960, 1970 e 1980, toda uma estratégia de marketing para criar nesses Estados do Nordeste o hábito de consumir esses produtos. Dentre as estratégias utilizadas estava o discurso que enfatizava o alto valor nutritivo da carne e seus preços que, quando comparados a similares como a carne bovina ou frango, chegava a custar metade do preço no mercado regional. Fato que atraía os grupos sociais mais pobres ao consumo da carne de baleia, especialmente na Paraíba.

²³ COPESBRA apud TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. *O Homem e a Baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 116.

A partir da segunda década do século XX, quando a caça foi introduzida na Paraíba, até 1987, quando foi proibida, estima-se que milhares de baleias foram mortas no litoral paraibano. No entanto, os números disponíveis sobre o abate dos cetáceos em águas paraibanas não são confiáveis. Mesmo aqueles divulgados pela empresa²⁴ que explorava a caça comercial são questionáveis, uma vez que não se pode ter o controle absoluto dos mamíferos que foram atingidos pelos arpões, mas que, no entanto, não foram capturados e ao fugirem acabaram morrendo em alto mar. Além do fato de que em alguns anos não foram feitos registros dos animais abatidos.

Até meados da década de 1970, a caça à baleia permaneceu como parte constituinte da economia, da cultura e da paisagem de Lucena e da Paraíba. A morte dos cetáceos chegou a ser explorada também como uma espécie de turismo de observação. As pessoas se sentindo atraídas em assistir o “espetáculo” promovido pelos japoneses se acotovelavam na praia e nas arquibancadas montadas exclusivamente para acomodar o público que ia presenciar o desembarque dos enormes animais que eram arrastados à Estação Baleeira de Costinha para serem retalhados.

Mais tarde, mas principalmente a partir do início dos anos de 1980, a continuação da exploração desse recurso natural no litoral paraibano foi objeto de matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, reportagens de revistas e de questionamento ético de grupos e entidades ligadas às causas ecológicas e ao direito dos animais. Entidades ligadas às questões ambientais deflagraram, principalmente por meio dos meios de comunicação, uma intensa campanha contra a atividade baleeira na Paraíba. Na vanguarda desse movimento estava a Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN), fundada em 1978 e que tinha como uma de suas metas sensibilizar a população paraibana e as autoridades para a causa preservacionista²⁵ e assim pressionar o governo brasileiro para

²⁴ Segundo dados oferecidos pela COPESBRA, entre 1911 e 1985 foram abatidas 21.990 baleias na Paraíba. Contudo, entre os anos de 1929 e 1946 não se tem registros do quantitativo de animais sacrificados no litoral paraibano. Lacuna que contribui para a inexatidão do número de animais mortos ao longo de quase oito décadas.

²⁵ Embora enquadremos a luta contra a atividade baleeira na Paraíba na “causa preservacionista”, nos discursos da época não se tem muito claro a diferença entre preservação e conservação de recursos naturais. Os membros do movimento contra a atividade baleeira em Lucena, principalmente àqueles ligados a APAN, chegam, em determinados momentos do embate, a defender em seu discurso a interdição da caça para que se possam avaliar os estoques e explorá-los de maneira “sustentável”. Havia uma preocupação com o risco de

aprovar uma legislação federal que proibisse imediatamente a atividade baleeira nos mares do Brasil.

Dentre os vários argumentos utilizados pelos ambientalistas contra a caça à baleia na Paraíba estava uma crítica ao fato de que esse recurso natural explorado no litoral paraibano servia ao atendimento de interesses estrangeiros, principalmente dos japoneses, que do monopólio da atividade destinavam os chamados “cortes especiais” para revenda (a preços elevados) no mercado daquele país. Segundo os ambientalistas da APAN, a caça deveria ser proibida, pois sua continuação poderia levar à extinção a baleia Minke, assim como ocorreu com outras espécies que foram caçadas à exaustão. Ambientalistas reivindicavam, ainda, estudos científicos que pudessem comprovar a viabilidade e a racionalidade da exploração das espécies caçadas no litoral paraibano sem comprometer a perpetuação da espécie.

Intelectuais engajados²⁶ nas questões ambientais da época também levantavam questionamentos e publicavam trabalhos acerca dos problemas sociais, econômicos e ambientais que envolviam a atividade baleeira, como a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores lucenenses, submetidos a várias horas de serviços no mar e no processamento dos derivados em troca de remunerações diárias consideradas “relativamente baixas”. Inclusive havia denúncias nos meios de comunicação da época sobre desníveis salariais entre brasileiros e japoneses na mesma função dentro da Empresa.

A este respeito, em entrevista publicada pelo jornal Correio da Paraíba em 03 de janeiro de 1986, o professor e geógrafo da Universidade Federal da Paraíba, Moacyr Madruga denunciou que os trabalhadores da COPESBRA desenvolviam suas atividades, dependendo da época do ano e da demanda pelos produtos baleeiros, numa jornada de trabalho que compreendia entre 16 e 18 horas por dia.

Por outro lado, defendendo a manutenção da caça comercial, encontravam-se alguns empresários e representantes sindicais ligados à atividade baleeira, alguns parlamentares paraibanos e as famílias dos trabalhadores de Lucena, que dependiam direta

extinção da espécie minke, uma vez que se achava que se ela ocorresse realmente, comprometeria a exploração desse recurso pelas gerações futuras.

²⁶ MADRUGA, A. M. A questão da Baleia: Da luta ecológica à exploração humana. *Cadernos de estudos regionais*, João Pessoa, UFPB/NDIHR-CNPQ, ano 3, n. 3.

ou indiretamente dessa atividade para sobrevivência. O principal argumento utilizado em favor da manutenção da caça à baleia em Lucena era o da empregabilidade. Se a atividade viesse mesmo a ser desativada - como queriam ambientalistas, alguns professores e simpatizantes da causa ambiental - centenas de famílias iriam sofrer as conseqüências do desemprego, da fome e da miséria. Além disso, o município e o estado da Paraíba iriam perder somas consideráveis em impostos (principalmente em divisas de exportação, ICMS e contribuição previdenciária) que eram gerados pela atividade baleeira. Um jornal da capital paraibana da época revelava o teor desses argumentos:

A pesca da baleia proporcionará, este ano, à Paraíba e ao Nordeste: 820 toneladas de óleo de baleia para indústria nacional; 1.263 toneladas de carne para consumo interno; 905 toneladas de carne congelada; 440 toneladas de farinhas orgânicas; 410 empregos diretos e 3.000 indiretos; Cr\$ 65 milhões em divisas; Cr\$ 75 milhões em salários; Cr\$ 27 milhões em ICM; Cr\$ 13 milhões em contribuições previdenciárias. Deixando de pescar nada disso existirá. Copesbra.²⁷

Os discursos favoráveis à manutenção da atividade baleeira materializados nos jornais da capital paraibana, no entanto, eram sempre refutados. O objetivo daqueles que lutavam pelo fim da atividade baleeira era desqualificar o discurso oponente. Realizando uma leitura em outros jornais da época, tem-se o entendimento preliminar que representantes de outros segmentos sociais como professores universitários, ambientalistas e alguns parlamentares favoráveis ao fim da atividade baleeira, sugerem em seus depoimentos uma tendência a minimizar os números sociais e a importância econômica da atividade desenvolvida pela COPEBRA para a economia e a sociedade local.

Pode se encontrar, por exemplo, em várias matérias e entrevistas de pessoas desses segmentos, argumentos alegando que a maior parte dos empregos gerados pela atividade baleeira, tão defendida pela empresa empregadora, era sazonal e mesmo no período mais intenso da caça (de julho a dezembro) pouco mais de 300 pais de família trabalhavam diretamente na atividade no chamado período de “safra”. Alegavam que outras oportunidades de emprego e renda poderiam ser fomentadas no município de Lucena,

²⁷ TIRANDO, do mar o que falta na terra. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 05 ago. 1980. p. 11.

como alternativa econômica para o fim iminente da atividade baleeira na região. Que a exploração dos cetáceos na Paraíba só era benéfica ao Japão, que muito pouco dessa atividade beneficiava os munícipes e o Estado. Um professor da Universidade Federal da Paraíba, militante da causa ecológica, quando perguntado numa entrevista sobre a possibilidade da população de Costinha ficar na miséria após a desestruturação da economia baleeira, foi enfático: “a população de Costinha já vive na miséria”.

Envolvida, portanto, em constantes polêmicas, a caça à baleia no litoral paraibano suscitou debates instigantes em matérias jornalísticas, em relatórios e artigos científicos, principalmente a partir do início da década de 1980, período de grande efervescência ecológica, quando houve uma grande mobilização no país em defesa de algumas das espécies de cetáceos ameaçadas de extinção. A Paraíba não ficou alheia ao debate nacional e internacional nem deixou de produzir artigos, matérias jornalísticas e trabalhos científicos sobre a problemática social e ambiental em debate. A notícia da moratória em 1986, por exemplo, decretada pela International Whaling Commission (Comissão Baleeira Internacional), suspendendo por cinco anos a caça aos cetáceos em todos os mares, foi recebida no Estado como vitória para uns e derrota para outros. Os jornais da época, por exemplo, procuraram manifestar, através de várias matérias, estes sentimentos contraditórios que tomavam de impulso a opinião pública paraibana.

Em 1987, um ano depois de decretada a Moratória, veio o fim definitivo da atividade baleeira e com ele as promessas de projetos governamentais que poderiam contribuir para que as perdas advindas com a desativação da economia baleeira pudessem ser compensadas e a população de Lucena pudesse ter alternativas de trabalho e renda.

Várias matérias em revistas de circulação nacional e, principalmente, os jornais da capital paraibana trazem interessante e rico acervo de como essas questões envolvendo a atividade baleeira eram discutidas em nível local e nacional. Inúmeras entrevistas foram divulgadas pelos jornais da época, alimentando o debate entre aqueles que lutavam pela manutenção da caça às baleias e àqueles contrários à atividade no país.

Diversas publicações jornalísticas da época oferecem indícios de como o movimento ambientalista²⁸ na Paraíba nasceu, cresce e amadureceu em torno da luta contra essa atividade de exploração animal. Alguns textos de autoria dos ambientalistas paraibanos (e de empresários e políticos) já sugerem em seu teor influência de ideias e concepções presentes no Relatório Brundtland lançado em 1987. Termos como “exploração racional dos recursos naturais” e “desenvolvimento sustentável”, já estavam em construção mesmo implicitamente e divulgados pelos meios de comunicação de massa no final dos anos de 1980.

Os discursos da época chamam atenção pela preocupação evidenciada com a exploração racional dos recursos naturais com vistas à garantia de sua continuidade também pelas gerações futuras. O discurso do “desenvolvimento sustentável”, que se faz presente em boa parte dos depoimentos e relatos da época, tornaria gradativamente hegemônico nas décadas de 1980 e 1990, principalmente com a publicação do Relatório Brundtland, documento publicado em 1987 e com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) que passaram a assumir, sob coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), um papel de destaque na reformulação do discurso e das práticas ambientalistas a partir das últimas décadas do século XX em praticamente todo o mundo ocidental. As matérias e artigos veiculados nos jornais da Paraíba nas décadas de 1980 e 1990, que tratam da questão da caça à baleia, parecem apontar para a emergência de elementos de um discurso novo que começa a circular no Brasil e no mundo: o discurso do desenvolvimento sustentável. Outros estudos poderão, no futuro, ser elaborados com o objetivo de identificar, de maneira mais sistemática e rigorosa, elementos desse discurso nos jornais paraibanos e contribuir para o debate sobre o tema.

²⁸ Em matéria noticiada pelo jornal O NORTE, João Pessoa, 20 jan. 1981, p. 2, formulou-se durante o II Encontro Nordeste de Ecologia, realizado de 14 a 17 do mês de janeiro de 1981, em Recife, um documento de repúdio ao presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo pela prorrogação da atividade baleeira no litoral paraibano. Um grupo de 25 pessoas, entre ecologistas, professores universitários e estudantes paraibanos, esteve presente ao evento e se manifestou, de forma organizada e pacífica, contra a manutenção da atividade de caça em Lucena. Alguns representantes do movimento ambientalista paraibano, recém organizado, estavam presentes ao evento, o que demonstra o processo de mobilização desse movimento associado ao fim da caça à baleia.